



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 9 | Nº. 17 | Jul./Dez. de 2017

Felipe Nunes Nobre

*Licenciado e Mestre em História
pela Universidade Federal de
Pelotas (UFPEL)*

A LEI 11.645/2008 E O LUGAR DESTINADO AOS INDÍGENAS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

RESUMO

O artigo tem por objetivo discutir as repercussões da Lei 11.645/2008 na visibilidade conferida aos povos indígenas em livros didáticos de História. Para tanto, realiza um estudo comparativo entre as coleções História: Sociedade & Cidadania e Projeto Araribá: História, em suas edições distribuídas pelo Programa Nacional do Livro Didático antes e depois da referida Lei, analisando as estratégias usadas por cada uma para contemplar a demanda legal.

Palavras-chave: Lei 11.645/2008; Livro Didático; Temática Indígena; Ensino de História.

ABSTRACT

The article aims to discuss the repercussions of Law 11.645/2008 on the visibility conferred on indigenous peoples in History textbooks. To do so, it carries out a comparative study between the collections História: Sociedade & Cidadania and Projeto Araribá: História, in its editions distributed by the Programa Nacional do Livro Didático before and after said Law, analyzing the strategies used by each one to contemplate the legal demand.

Keywords: Brazilian Law 11.645/2008; Textbook; Indigenous Theme; History Teaching.

Em março de 2008 foi promulgada a Lei 11.645, que alterou

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena'. (BRASIL, 2008)

Estabelecendo que:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2008).

Como podemos observar, essa Lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em um artigo que já havia sido modificado pela Lei 10.639/03, que incluía nos currículos o estudo da história e cultura afro-brasileira (BRASIL, 2003). Merece destaque o fato de o dispositivo incluir essa obrigatoriedade em todas as escolas do país, de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, e no âmbito de todo o currículo. Ou seja, embora sejam destacadas as áreas de artes, literatura e história, abordar a história e cultura afro-brasileira e indígena é um dever de todas as disciplinas.

Neste contexto, o objetivo do presente artigo é discutir as repercussões dessa demanda legal na visibilidade conferida aos povos indígenas em livros didáticos de História. Para tanto, analisamos edições destinadas aos anos finais do ensino fundamental, distribuídas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nos ciclos 2008, 2011 e 2014. Gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o PNLD se destina a prover as

escolas públicas de todo o país com livros didáticos. Seu funcionamento se dá em ciclos trienais alternados, o que significa que a cada três anos ocorre a distribuição integral de livros didáticos para uma etapa do ensino (séries iniciais do ensino fundamental, séries finais do ensino fundamental e ensino médio).

Para a realização de cada ciclo do Programa é lançado um edital que “estabelece todos os critérios que serão utilizados nas avaliações (técnica e acadêmica) que determinam se os livros poderão ou não estar à disposição por meio do Guia do PNLD para escolha pelos professores e compra pelo Governo Federal” (OLIVEIRA, 2013, p.360). Esses editais são lançados no final do ano de distribuição da edição anterior, configurando-se um processo contínuo. Neles, são apresentados, além das especificações técnicas referentes à apresentação física dos livros, “princípios e critérios para a avaliação” de seu conteúdo. Existem os princípios e critérios gerais, aplicados aos livros de todas as disciplinas, e os específicos, para cada componente curricular¹. Destacam-se os “critérios eliminatórios”, aqueles que, se não contemplados pelas coleções, implicam em sua exclusão do PNLD. Para o PNLD 2008 esses critérios são três: correção dos conceitos e informações básicas; coerência e adequação metodológica; e observância aos preceitos legais e jurídicos (EDITAL DE CONVOCAÇÃO, 2005, p.30).

O edital do PNLD 2011, lançado ao final do ano de 2008, já trazia em seus critérios eliminatórios o atendimento à Lei 11.645, critério este mantido no edital do ciclo seguinte (EDITAL DE CONVOCAÇÃO, 2008, p.37; EDITAL DE CONVOCAÇÃO, 2011, p.55). Com isso, os editais do PNLD se mostram como importantes mecanismos para a garantia de que a Lei seja contemplada pelos livros didáticos, remetendo à necessidade de se observar e problematizar as formas como as coleções buscaram se adequar a tal demanda. Dessa forma, o recorte temporal estabelecido nos permite observar como a temática indígena era tratada nos livros didáticos antes da referida Lei (PNLD 2008); imediatamente após ela, com a hipótese de apresentar algumas mudanças preliminares (PNLD 2011); e quando a Lei já não era nenhuma novidade, portanto podendo apresentar modificações mais consistentes nesse campo (PNLD 2014).

¹ Os critérios de avaliação específicos para a área de História foram objeto de estudo de GATTI JR (2007) e OLIVEIRA (2013).

As coleções didáticas escolhidas para tal investigação foram História: Sociedade & Cidadania, de autoria de Alfredo Boulos Jr., da Editora FTD, e Projeto Araribá: História, obra coletiva da Editora Moderna, tendo por editora responsável Maria Raquel Apolinário. Tal seleção foi orientada pelo critério quantitativo, sendo essas as duas coleções de História para anos finais do ensino fundamental distribuídas em maior volume pelo PNLD nos ciclos analisados. Para termos uma referência, no PNLD 2014 a coleção História: Sociedade & Cidadania teve 3.330.040 exemplares distribuídos, enquanto a coleção Projeto: Araribá, que até então era a líder de vendas, teve 2.900.006 exemplares distribuídos. Isso significa que apenas essas duas coleções concentraram 49,2% dos exemplares distribuídos em sua categoria, em um total de 20 coleções disponíveis no Guia de Livros Didáticos (PNLD, 2014).

Essas coleções são produtos de dois grupos editoriais distintos, fator de grande relevância no que diz respeito às reformulações apresentadas ao longo das edições, como veremos adiante. História: Sociedade & Cidadania é uma obra da Editora FTD, pertencente ao Grupo Marista, que atua nas áreas de educação, solidariedade, saúde e comunicação, como uma unidade administrativa do Instituto Marista, fundado pelo religioso francês Marcellin Champagnat em 1817. O nome da editora, que publica livros no país desde 1902, é composto pelas iniciais de Frère Théophile Durand, diretor do Instituto Marista de 1883 a 1907, período em que os Irmãos Maristas se estabeleceram no país (1897). Estes logo passaram a traduzir e adaptar as obras utilizadas em suas escolas francesas, e também a produzir novos livros didáticos para diferentes disciplinas no Brasil. Esses livros foram publicados a partir da primeira década do século XX, sob a alcunha de “Coleção FTD” (CASSIANO, 2007, p.158-159; BITTENCOURT, 2008, p.68). Essa Coleção era inicialmente impressa na França e distribuída por editoras nacionais. Entre 1956 e 1963, impressão e distribuição ficaram a cargo da Editora do Brasil. Neste ano se estabelece a Editora FTD, que atualmente conta com um parque gráfico próprio (CASSIANO, 2007, p.158-159).

A coleção Projeto Araribá: História, por sua vez, é uma obra da Editora Moderna. De acordo com CASSIANO (2007), esta foi fundada em São Paulo em 1968, por Ricardo Feltre, Carlos Marmo e Setsuo Yoshinaga, sendo as primeiras publicações na área de Química e Desenho Geométrico. Passando por uma reestruturação nos anos 1970, teve um expressivo crescimento na década de 1990. Em 2001 a editora foi comprada pelo Grupo Santillana, braço editorial do Grupo Prisa, maior conglomerado midiático da Espanha. A estratégia do Grupo Santillana, cuja expansão internacional é

articulada com o governo e empresários espanhóis, é de entrar nos mercados locais por meio de aquisição ou sociedade com empresas já estabelecidas, sendo que a Moderna teve um notório crescimento logo após essa aquisição (CASSIANO, 2007). O capital estrangeiro, não obstante, também traz sua lógica global de atuação, sendo uma delas a elaboração de obras coletivas. Segundo Célia Cassiano, esse tipo de obra caracteriza-se como

O livro didático escrito a muitas mãos, sem que o nome do autor seja um valor agregado ao livro. Ou seja, na *obra coletiva*, os autores passam a ter posição diferente no processo produtivo desses livros, que tem a estrutura predeterminada (CASSIANO, 2007, p.177. Grifos originais).

É nessa lógica que se enquadra a coleção Projeto Araribá, que tem uma editora responsável e é elaborada por diversos autores, cerca de dez a cada volume.

Após essa contextualização preliminar das fontes utilizadas, passamos ao foco do estudo: a análise das repercussões da Lei 11.645 na visibilidade destinada aos povos indígenas no Brasil nas coleções didáticas. Isso se dará através da análise dos principais momentos em que esses povos ganham destaque nas narrativas sobre a história nacional, partindo das edições de 2008, anteriores à Lei, com o acompanhamento das transformações verificadas nas duas edições posteriores.

Coleção Projeto Araribá: História

A coleção Projeto Araribá é organizada em Unidades formadas por Temas de estudo, havendo também seções como a “Em Foco”, que aborda assuntos específicos. No PNLD 2008, os povos indígenas ganham visibilidade no livro de 5ª série² na Unidade de introdução aos estudos, de forma muito breve, quando o texto menciona que com as mudanças na historiografia, “em vez de estudar os acontecimentos apenas de acordo com a visão das elites, outros personagens foram valorizados: os operários, as mulheres, as crianças, os escravos africanos e os índios” (APOLINÁRIO, 2006, 5ª série, p.15). Na edição do PNLD 2011 permanece essa menção, apenas sendo trocado o termo “índios” por “indígenas”. Para o PNLD 2014, inclui-se mais uma breve referência no tópico sobre fontes históricas, que cita como exemplo que “por meio da

² A Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, instituiu o ensino fundamental de 9 anos, dando como prazo para a implementação da mesma o ano de 2010. Com essa mudança, os anos finais do ensino fundamental passam a ter a seguinte correspondência: 5ª série/6º ano; 6ª série/7º ano; 7ª série/8º ano; 8ª série/9º ano. Como o PNLD 2008 se deu no contexto de adaptação, a coleção História: Sociedade & Cidadania traz a dupla designação, enquanto a Projeto Araribá ainda usa somente a designação de séries. Para ficarem bem demarcadas estas primeiras edições, iremos referenciá-las sempre usando o termo “série”.

leitura de uma lenda indígena sobre a criação do mundo, por exemplo, é possível saber as crenças religiosas de um povo indígena” (APOLINÁRIO, 2010, 6º ano, p.13). A última referência aos povos indígenas brasileiros nos livros de 5ª/6º ano³, se dá na Unidade sobre o povoamento da América, que traz uma seção “Em Foco” sobre o milho, ao final da qual, a atividade “Compreender um texto” traz, em duas páginas “Uma lenda do milho” (APOLINÁRIO, 2006, 5ª série, p.72-73). Trata-se de uma narrativa Guarani sobre a origem da planta, extraída de uma obra do folclorista gaúcho Barbosa Lessa, publicada em 1960. A atividade permanece sem maiores alterações ao longo das três edições, encerrando a visibilidade destinada aos povos nativos neste primeiro volume da coleção.

Os volumes de 6ª série/7º ano abordam a chegada dos portugueses a este território e o estabelecimento da colonização. Nos textos principais da primeira edição a presença indígena no contexto de chegada dos europeus é tratada de forma bastante tangencial. Sobre esse episódio específico, afirma que

No dia 22 de abril de 1500 (...) a armada de Cabral ancorou em frente ao Monte Pascoal, na região do atual estado da Bahia. (...) Na manhã do dia seguinte, os portugueses desceram à terra pela primeira vez, às margens do Rio Caí, onde fizeram os primeiros contatos com os nativos. (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.128).

Depois disso, na Unidade sobre “A exploração dos impérios coloniais”, a narrativa afirma que “a atividade de exploração do pau-brasil contava com o trabalho indígena, que extraía da mata a madeira para os portugueses” (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p. 160). Ainda sobre o uso do trabalho indígena no período colonial, explica que ele foi utilizado, mas substituído pelos escravizados africanos porque os indígenas “não foram suficientes”, sua escravização era condenada pela Igreja e eram conhecedores do território, facilitando as fugas (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.171). Assim, o tema das relações estabelecidas entre indígenas e portugueses no início da colonização é tratado de forma bastante superficial, sendo que o aspecto da perspectiva indígena e sua resistência nesse processo é completamente invisibilizado.

Na edição seguinte, do PNLD 2011, é possível perceber modificações consideráveis no sentido de suprir essas lacunas. O Tema da colonização portuguesa encontra-se na Unidade 7, “O império ultramarino português”. O tópico “O encontro entre dois mundos” fala em um pequeno parágrafo sobre as diferenças “no aspecto

³ Neste caso, sem considerar os textos sobre Pré-História, que não foram incluídos no estudo.

físico e na aparência externa” entre os povos que se encontravam, afirmando que “os primeiros contatos foram relativamente pacíficos e de reconhecimento mútuo” (APOLINÁRIO, 2007, 7º ano, p.190)⁴. No tópico da exploração do pau-brasil lemos que

Os conflitos entre lusos e índios não demoraram a ocorrer. Interessados em explorar as riquezas da nova terra, os portugueses trataram de trocar seus produtos pelo trabalho dos nativos. (...) O pau-brasil era adquirido por meio do **escambo**, uma relação comercial simples pela qual os portugueses forneciam produtos aos indígenas em troca de seu trabalho na extração do pau-brasil. Os indígenas cortavam a madeira e a transportavam até as caravelas portuguesas (APOLINÁRIO, 2007, 7º ano, p.190).

Um novo tópico trata das “Mudanças na relação com os indígenas”, trazendo o seguinte texto:

A exploração do pau-brasil alterou as relações entre portugueses e indígenas. Tribos indígenas se recusaram a extrair o pau-brasil para os portugueses e resistiram à ocupação de sua terra atacando povoados lusos e fugindo para regiões distantes do litoral.

A guerra entre conquistadores e nativos tornou-se uma prática frequente. Os portugueses denominavam o enfrentamento com os nativos de **guerra justa**. No século XVII, as populações nativas se encontravam dramaticamente dizimadas. As que sobreviveram foram submetidas ao domínio europeu e perderam muitas características de sua cultura tradicional (APOLINÁRIO, 2007, 7º ano, p.191).

A edição do PNLD mantém esses novos tópicos, havendo uma mudança de redação no último, fornecendo uma nova explicação para a origem dos conflitos:

As relações entre portugueses e indígenas continuaram pacíficas mesmo com a exploração do pau-brasil. Os conflitos ocasionais com os indígenas estavam relacionados às alianças que estabeleciam nas guerras entre portugueses e franceses.

Porém, as tensões tornaram-se inevitáveis quando os portugueses começaram a escravizar os nativos, obrigando-os a abandonar suas tribos e trabalhar em certas atividades, sobretudo na lavoura de cana-de-açúcar.

A guerra entre conquistadores e nativos, conhecida como **guerra justa**, tornou-se uma prática frequente. No século XVII, muitas populações nativas já haviam sido praticamente dizimadas. As que sobreviveram isolaram-se no interior do território ou foram submetidas ao domínio europeu (PAH 2014, 7º ano, p.167. Grifos originais).

⁴ O ano nominal desta edição distribuída pelo PNLD 2011 ser 2007 não significa que ela não tenha passado por revisões até ser encaminhada para avaliação em 2009. É comum, por exemplo, encontrar em livros didáticos imagens creditadas com data posterior ao ano nominal da edição.

Com isso, fica evidente que após a Lei 11.645/2008 a coleção passou a dar mais atenção à questão indígena nesse contexto, aumentando a visibilidade e aprimorando as informações sobre os povos autóctones.

É no volume de 6ª série/7º ano que encontramos o lugar em que esses povos ganham maior destaque na coleção Projeto Araribá: A seção “Em Foco: Os povos indígenas do Brasil” (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.176-183). Nessa seção, de oito páginas, encontramos os tópicos “Os índios hoje: Quantos são? Onde estão?”, que traz dados sobre a população indígena no Brasil contemporâneo, demografia, quantidade de povos, etc.; “Diversidade cultural”, que aborda a questão com informações sobre a diversidade linguística; o tópico “Um mundo de problemas”, que fala sobre o declínio demográfico a partir de 1500, sobre as garantias constitucionais e os problemas enfrentados. Expõe que a Constituição garante o direito às terras tradicionalmente ocupadas, “entretanto, quase metade deles ainda não tem esse direito na prática” e que a maior parte das terras indígenas está na Amazônia e “sofrem com a exploração predatória da floresta (...) empreendida por mineradores, madeireiros, fazendeiros, entre outros” (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.179). Após isso, destina duas páginas para tratar da “sociedade dos tupis”, com informações sobre a cultura dos povos Tupi do litoral no século XVI. O encerramento da seção se dá com a atividade “Compreender um texto”, que traz uma narrativa de Davi Kopenawa, importante liderança e xamã do povo Yanomami, sobre sua experiência de primeiros contatos com não indígenas, quando era criança (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.182-183). Com isso, a obra valoriza, ao menos nesse momento, uma perspectiva indígena e um pouco da história de um povo específico.

A segunda edição da coleção apresenta algumas modificações que não alteram o sentido geral da seção (APOLINÁRIO, 2007, 7º ano, p.198-205). Já na terceira edição, do PNLD 2014, verifica-se uma redução em seu tamanho, de oito para seis páginas, o que se deu principalmente pela redução na quantidade de atividades propostas (APOLINÁRIO, 2010, 7º ano, p.172-177). No encerramento da seção, a atividade “Compreender um texto”, onde antes encontrávamos a narrativa de Davi Kopenawa sobre o contato com os não indígenas, passa a conter o texto “A cordialidade dos Tupinambá” (APOLINÁRIO, 2010, 7º ano, p.176-177). Nesse par de páginas temos um trecho, devidamente referenciado, do artigo “Emoções em jogo – sensibilidade e experiências de convívio intercultural (Brasil, séculos 16 e 17)”, de

Eliane Fleck e Claudio Machado Jr⁵, que fala sobre o peso dessa experiência pessoal do cronista Jean de Léry em sua representação construída sobre os indígenas que lhes conferiu uma imagem mais “humana” do que seus contemporâneos. Com essas modificações, a terceira edição da coleção acabou diminuindo o espaço destinado aos indígenas nessa seção específica e cortando a única atividade que explicitava uma perspectiva indígena sobre a história do Brasil.

Os indígenas voltam a figurar na narrativa didática na Unidade que trata da “expansão colonial”. O Tema 3, “A conquista do sertão”, aborda a ação dos bandeirantes paulistas. Explica que na vila de São Paulo se praticava agricultura para consumo local, e em suas lavouras

O trabalho era quase todo executado por escravos indígenas, havendo pouquíssimos negros (...) O principal problema enfrentado era a constante falta de mão-de-obra. O meio mais comum de resolvê-lo era realizando expedições de apresamento de índios, chamadas **bandeiras**. (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.226).

Dessa forma, explicita que a atuação dos chamados bandeirantes era a escravização de indígenas, aprofundando alguns acontecimentos nesse sentido.

A principal modificação verificada na abordagem desse assunto aparece já na segunda edição, com o acréscimo do tópico “Assimilação de conhecimentos indígenas”, que fala, em três parágrafos, como “os exploradores paulistas garantiram sua sobrevivência colocando em prática conhecimentos indígenas” (APOLINÁRIO, 2007, 8º ano, p.17). São mencionados conhecimentos sobre formas de localização na mata, utilização de recursos naturais, uso de arco e flecha, técnica de construção de canoas, e alimentação. Já na edição do PNLD 2014, a maior diferença se dá com a inclusão de um texto de abertura da Unidade 1, “A expansão da América portuguesa” (que desta vez encontra-se no livro de 8º ano), onde aborda, em quatro parágrafos, as violências sofridas por esses povos ao longo de nossa história e sua resistência até a atualidade, destacando dados sobre a diversidade cultural (APOLINÁRIO, 2010, 8º ano, p.11). Nessa terceira edição, portanto, com esse panorama sobre a questão, que toca em pontos fundamentais e muitas vezes negligenciados, a temática indígena ganha maior destaque. Outro tema que aparece sempre na sequência das bandeiras é o das missões jesuíticas, onde a narrativa aborda o objetivo de se catequizar os

⁵ Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/218>> Acesso em: 13 dez. 2017.

indígenas e o modo de vida nas reduções (APOLINÁRIO, 2006, 6ª série, p.228-229). Esse tema permanece sem alterações fundamentais ao longo das três edições.

Na primeira edição da Projeto Araribá, os povos nativos são mencionados de forma passageira quando a narrativa aborda a exploração do ouro. Afirma-se que “no início da extração aurífera, o trabalho nas minas era realizado pelos próprios descobridores, embora vários deles possuíssem escravos indígenas” (APOLINÁRIO, 2006, 7ª série, p.45). Dessa forma, a narrativa permite entrever a presença indígena naquele contexto, mas sem maiores informações. Nesse ponto verifica-se uma modificação muito significativa na edição do PNLD 2014, que passa a apresentar na Unidade sobre a época do ouro, no Tema 3, “A vida urbana e o mercado interno”, um novo tópico, que ocupa uma página inteira, sob o título “E os indígenas que viviam nas minas?” (APOLINÁRIO, 2010, 8º ano, p.46). O texto afirma que antes do surgimento das vilas mineiras, “diversos grupos indígenas, como os Botocudo, os Maxakali, os Puri, os Cataguá, os Araxá e os Kayapó já habitavam a região das Minas”, abordando conflitos ocorridos, a escravização, bem como, a resistência oferecida. Com isso, temos um texto inédito onde se valoriza a temática indígena em um contexto em que era tradicionalmente ignorada.

Para os contextos do final do século XVIII e século XIX, as duas primeiras edições da coleção em foco praticamente ignoram a existência de povos indígenas, a não ser por menções esporádicas. Nesse sentido, a edição do PNLD 2014 apresenta algumas inovações. Na Unidade 6, “A independência do Brasil e o Primeiro Reinado”, ao tratar do período do Marquês de Pombal (1750-1777), traz um pequeno box na lateral da página, “Projeto para os índios”. Nesse box, se afirma que “o objetivo do ministro era integrar os indígenas à sociedade colonial e tentar transformá-los em vassalos do rei como os demais colonos”, mencionando o incentivo à miscigenação e a obrigatoriedade da língua portuguesa (APOLINÁRIO, 2010, 8º ano, p.152). Na mesma Unidade, o Tema 5, “O Primeiro Reinado (1822-1831)”, ao tratar da Constituição de 1824, dedica uma página ao item “Os indígenas na Constituição”. Nele, fala sobre projetos relativos a indígenas enviados às Cortes de Lisboa, em 1821 e 1822. No mesmo período, José Bonifácio apresentou à Assembleia um documento que

“propunha, basicamente, assimilar e ressocializar os indígenas por meio da educação, do trabalho, dos casamentos mistos e do convívio com o homem branco. Segundo Bonifácio, o Estado deveria amparar os índios até que eles se integrassem à sociedade” (APOLINÁRIO, 2010, 8º ano, p.167).

Assim, a terceira edição traz inovações ao tratar de noções de políticas indigenistas e dar destaque à questão nesses contextos.

Quanto aos volumes de 8ª série/9º ano, que tratam do final do Império até a atualidade, o lugar tradicionalmente ocupado pelos indígenas é quando se trata da Constituição de 1988, onde se destaca a conquista do “direito dos indígenas às terras que ocupam” (APOLINÁRIO, 2006, 8ª série, p. 207; APOLINÁRIO, 2007, 9º ano, p. 220; APOLINÁRIO, 2010, 9º ano, p. 220). Nesse contexto o volume de 9º ano da terceira edição inova ao inserir no Tema sobre “Um balanço do Brasil contemporâneo”, o tópico “Os indígenas no Brasil atual” (APOLINÁRIO, 2010, 9º ano, p. 254). Este ocupa uma página inteira, e fala inicialmente da questão demográfica, o aumento da população indígena entre os censos demográficos de 2000 e 2010. Discute, como explicação para esse aumento, a “etnogênese ou reetnização, que ocorre quando se assume a identidade e as tradições de uma etnia”. Aborda também a questão da demarcação de terras, sua importância para a cultura desses povos, destacando também os conflitos existentes e a mobilização dos indígenas na luta por seus direitos. Com isso, verifica-se que quando se aborda o contexto do Brasil atual, a questão indígena ganhou maior atenção e aprofundamento na coleção Projeto Araribá: História após a Lei 11.645. Passamos a analisar, a seguir, como isso se deu na coleção da Editora FTD.

Coleção História: Sociedade & Cidadania

A coleção escrita por Alfredo Boulos Júnior dá visibilidade aos povos indígenas logo na Unidade sobre introdução aos estudos históricos. Ao discutir a diferença entre tempo cronológico e tempo histórico, a edição do PNLD 2008 traz um exemplo do cotidiano de três crianças, sendo uma delas “Jorge Xavante”, para mostrar como “o modo de vida de cada um tem características do grupo e/ou povo a que pertence. Tem um ritmo e um tempo próprios” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 5ª série, p.21). Nas duas edições seguintes este exemplo é substituído pela apresentação de um quadro com o “Calendário do povo Kayabi”, mostrando as atividades desenvolvidas em cada mês do ano (BOULOS JÚNIOR, 2009, 6º ano, p. 30; BOULOS JÚNIOR, 2012, 6º ano, p. 36). Nas edições do PNLD 2011 e 2014, também há inovação no tópico sobre “fontes históricas”, que passa a trazer o texto da própria Lei 11.645/2008 como exemplo de fonte histórica escrita (BOULOS JÚNIOR, 2009, 6º ano, p.14; BOULOS JÚNIOR, 2012,

6º ano, p. 25). Com isso, fica explícita a atenção da coleção em relação à demanda legal.

Passando aos volumes de 6ª série/7º ano, a coleção volta a destacar a presença indígena no capítulo sobre “As grandes navegações”, onde aborda a chegada dos portugueses ao território que viria a ser o Brasil, “junto a uma aldeia de índios Tupiniquim”, e estabelecimento dos primeiros contatos com os nativos, trazendo trechos da carta de Pero Vaz de Caminha (BOULOS JÚNIOR, 2006, 6ª série, p. 123). Este trecho da narrativa didática não sofre alterações significativas nas edições seguintes.

Após tratar da chegada dos europeus ao território que viria a se tornar o Brasil, no livro de 6ª série, primeira edição, os capítulos seguintes abordam contextos da África e da Europa, retornando ao estudo da América, tratando de Astecas, Maias e Incas e a conquista espanhola. A seguir, aprofunda o estudo sobre os povos nativos no capítulo 15, “Povos indígenas no Brasil” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 6ª série, p.202-2017). Nessas 16 páginas são tratados diversos aspectos das culturas indígenas. O capítulo é organizado em três tópicos: “Diferenças e semelhanças entre os indígenas”, “Uma catástrofe” e “Povos indígenas hoje”. A parte das diferenças é discutida principalmente a partir da diversidade linguística, enquanto as semelhanças são agrupadas nos seguintes tópicos: “a terra para os indígenas é de quem trabalha nela”, onde se fala da diferença na concepção de posse da terra em relação ao paradigma capitalista, trazendo falas de indígenas sobre o assunto; “a divisão do trabalho é feita por sexo e idade”; e “todos os membros do grupo têm acesso ao conhecimento necessário à sobrevivência física e cultural” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 6ª série, p.206-209).

O tópico “Uma catástrofe” trata dos “principais motivos da dizimação dos índios, após 1500” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 6ª série, p. 209-210), enquanto “Povos indígenas hoje” fala sobre a reversão da ideia de que os indígenas estariam destinados ao desaparecimento, mostrando um quadro com dados demográficos de 1971, 1985, 1999 e 2002, que indicam um constante crescimento populacional (BOULOS JÚNIOR, 2006, 6ª série, p. 210). Esse tópico aborda, ainda, “a luta pela terra” e “a força indígena”, destacando a organização de diferentes povos na luta por direitos (BOULOS JÚNIOR, 2006, 6ª série, p. 211). As páginas 214 e 215 trazem atividades sobre os temas discutidos no capítulo, que é encerrado com um “Texto complementar” de Marcos Terena, indígena deste povo do Mato Grosso do Sul, intitulado “Uma palavra indígena,

500 anos depois”. No texto, sobre o qual são propostas quatro questões interpretativas, Marcos fala sobre a dificuldade do homem branco de compreender o mundo indígena e dos problemas decorrentes disso. Dessa forma, temos mais uma vez a valorização da voz indígena no livro didático.

Na edição do PNLD 2011 o capítulo “Povos indígenas no Brasil” é o décimo segundo do livro de 7º ano, ocupando o mesmo espaço de 16 páginas (BOULOS JÚNIOR, 2009, 7º ano, p.202-217). As modificações ficam por conta da inclusão de um tópico sobre “A infância entre os indígenas” (BOULOS JÚNIOR, 2009, 7º ano, p.206), e, na parte das lutas indígenas, é incluído o tema da “luta pela cultura”, que mostra como uma conquista dos indígenas, “com ajuda de seus aliados”, a Lei 11.645/08 (BOULOS JÚNIOR, 2009, 7º ano, p.213).

No que diz respeito à edição do PNLD 2014, a modificação foi mais radical. O conteúdo desse capítulo foi dividido em dois e redistribuído entre os volumes. A primeira parte encontra-se no capítulo 5, “Indígenas: diferenças e semelhanças”, no livro de 6º ano, logo após o capítulo sobre a Pré-História brasileira (BOULOS JÚNIOR, 2012, 6º ano, p.85-97). O capítulo, de treze páginas, traz dados da demografia indígena na época dos primeiros contatos e na atualidade. As considerações sobre as diferenças focam na questão linguística, como anteriormente, acrescentando a questão dos “traços físicos”, referindo-se a “desenho [pintura] do rosto, corte do cabelo e adereços” (BOULOS JÚNIOR, 2012, 6º ano, p. 88). Sobre as semelhanças, permanecem os tópicos sobre a posse coletiva da terra e da divisão do trabalho, assim como “a infância entre os indígenas”, presente na edição anterior (BOULOS JÚNIOR, 2012, 6º ano, p. 90-91). Dessa vez aparecem também os tópicos “a adolescência”, que fala sobre o processo de passagem dos jovens Xavante, e “ser adulto”, indicando suas possíveis atribuições (BOULOS JÚNIOR, 2012, 6º ano, p.91-92).

A segunda parte do que nas edições anteriores era o capítulo “Povos indígenas no Brasil”, na edição do PNLD 2014 se encontra como o tópico “Povos indígenas hoje”, no capítulo “O Brasil na nova ordem mundial”, do livro de 9º ano (BOULOS JÚNIOR, 2012, 9º ano, p.315-317). O tópico que trata da questão indígena, em três páginas, contém os mesmos elementos das edições anteriores – dados demográficos das últimas décadas, a luta pela terra e a luta pela cultura. Com isso, consolida-se uma maior visibilidade à questão indígena na contemporaneidade nesta terceira edição.

Se o capítulo “Povos indígenas no Brasil” foi dividido em dois e distribuído em diferentes volumes, o que ficou em seu lugar no livro de 7º ano do PNLD 2014? No

mesmo local ocupado por aquele capítulo nas duas primeiras edições, ou seja, entre a chegada de Cabral e o capítulo sobre a administração colonial, há nessa terceira edição um novo capítulo, intitulado “Os Tupi e os portugueses: encontros e desencontros”, que ocupa exatamente as mesmas dezesseis páginas destinadas àquele capítulo nas outras edições (BOULOS JÚNIOR, 2012, 7º ano, p.226-241). O novo capítulo aborda a origem dos povos Tupi-Guarani, bem como sobre aspectos culturais como o modo de vida e o poder entre os povos Tupi. Ao abordar os encontros e desencontros entre nativos e recém-chegados, trata das relações amistosas (escambo, alianças, casamentos) e também do lado violento (doenças, escravização, guerras) decorrentes dos contatos entre esses povos. Traz, por fim, as “Contribuições indígenas”, com os itens “plantas alimentícias”, com imagens de batata-doce, amendoim, tomate, milho, feijão, mandioca (BOULOS JÚNIOR, 2012, 7º ano, p.234); e “plantas medicinais”, fala sobre Jaborandi, Copaíba, Quinina e Curare, e as estimulantes erva-mate e guaraná (BOULOS JÚNIOR, 2012, 7º ano, p.236). Com este capítulo a coleção aumentou consideravelmente o espaço destinado aos povos indígenas em suas páginas, além de abordar uma questão até então negligenciada, a dos aspectos culturais daqueles povos que tiveram os primeiros contatos com os europeus quando de sua chegada.

Ao longo da narrativa principal sobre a história do Brasil, essa coleção, em comparação com a anterior, dá maior destaque à questão indígena, principalmente no período colonial e sobre a resistência dos povos nativos à ocupação europeia. Destaca o trabalho indígena na extração do pau-brasil, em troca de objetos de seu interesse, tanto em aliança com portugueses quanto com franceses (BOULOS JÚNIOR, 2006, 7ª série, p. 10), bem como a larga utilização de indígenas escravizados nos engenhos do Nordeste. A explicação da substituição pelos escravizados africanos é de que

“o alto índice de mortalidade e as fugas constantes dos indígenas contribuíram para que os senhores de engenho se desinteressassem por eles. Mas o motivo principal de preferirem o africano ao índio foi a **alta lucratividade do tráfico negreiro**” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 7ª série, p. 13. Grifos originais).

Esses temas permanecem sem alterações significativas nas edições posteriores.

Ao tratar do estabelecimento da “A administração no Brasil colônia”, aborda a Guerra de Itapuã, entre portugueses e Tupinambá na Bahia, em 1555, no governo de Duarte da Costa, e a atuação de Mem de Sá no combate à Confederação dos Tamoios (BOULOS JÚNIOR, 2006, 7ª série, p. 30-31). Esses conflitos são tratados de forma

mais sucinta na edição do PNLD 2011 (HSC 2011, 7º ano, p.239) e voltam a ganhar maior destaque na edição de 2014, quando o tema da Guerra de Itapuã ganha uma página e meia, com uma grande ilustração e uma extensa citação de Mario Maestri explicando o conflito (BOULOS JÚNIOR, 2012, 7º ano, p.276-277).

O livro de 7ª série da primeira edição traz o capítulo 7, “A marcha da colonização na América portuguesa”, que aparece como o capítulo 2 nos volumes de 8º ano das duas edições seguintes. Esse capítulo trata basicamente da questão dos bandeirantes, dos jesuítas e da criação de gado, nos séculos XVII e XVIII. Excetuando-se os capítulos específicos sobre a questão indígena, este é o que dá maior visibilidade a esses povos, em quantidade de menções. O tópico sobre os bandeirantes ocupa cinco páginas (BOULOS JÚNIOR, 2006, 7ª série, p.73-77), a narrativa explicita que o objetivo das expedições era “capturar indígenas e descobrir ouro e pedras preciosas”, e que as de grande porte contavam com “centenas de índios escravizados (...) usados como guias, cozinheiros, guerreiros e carregadores” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 7ª série, p.73). Destaca também a atuação dos bandeirantes no “sertanismo de contrato”, quando eram contratados para combater indígenas e escravos rebelados. Um *box* “Para saber”, ocupa uma página e meia, e traz uma citação em que John Manuel Monteiro discute a destinação dos indígenas escravizados nessas expedições (BOULOS JÚNIOR, 2006, 7ª série, p.74-75).

O tópico seguinte trata brevemente, em três parágrafos, do tema dos jesuítas. Explica o que eram as missões, e que nelas os “indígenas dedicavam-se a diferentes atividades, como o trabalho na lavoura e nas oficinas, o estudo, o lazer e a oração” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 7ª série, p.78). O capítulo ainda fala na criação de gado no Nordeste, ressaltando que “o avanço do gado pelo sertão não foi pacífico. Os criadores de gado travaram guerras sangrentas e longas com os indígenas e os venceram com a ajuda dos bandeirantes paulistas” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 7ª série, p. 80). Nesse aspecto, fala especificamente dos conflitos conhecidos como Guerra dos Bárbaros (1687-1720). Ao tratar das fronteiras no período colonial, o capítulo reserva um parágrafo para falar sobre a Guerra Guaranítica, decorrente da resistência dos Guarani missionários ao cumprimento do Tratado de Madri (1750) (BOULOS JÚNIOR, 2006, 7ª série, p.82). Este capítulo não apresenta modificações substanciais nas edições seguintes. A maior diferença se dá na terceira edição, onde o tema da Guerra dos Bárbaros passa a ser tratada em um *box* “Para saber mais”, intitulado “Guerra dos Bárbaros ou Bárbaras Guerras?”, de modo que o assunto ocupava um parágrafo passa

a ocupar uma página e meia, sendo tratado com mais detalhamento (BOULOS JÚNIOR, 2012, 8º ano, p.36-37).

Para o período do Império, nas três edições pesquisadas existem apenas algumas menções esporádicas aos indígenas, principalmente nos temas das revoltas regenciais, o que os torna praticamente invisíveis em toda a história do século XIX. Já no período republicano, abordado nos volumes de 8ª série/9º ano, a primeira edição traz menções a esses povos em três frases. No capítulo 7, “República Velha: resistência”, no tópico sobre o Cangaço, fala-se que “desde o século XVIII, bandos armados a serviço de grandes fazendeiros adentravam o sertão para tomar as terras dos índios e instalar fazendas de gado” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 8ª série, p. 74). E no tópico sobre a Guerra do Contestado, explica que na região deste conflito (hoje região central de Santa Catarina), “reinava um clima de forte tensão social. É que, para expandir suas lucrativas fazendas de gado e de erva-mate, os grandes fazendeiros tomavam as terras dos índios e dos posseiros à força” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 8ª série, p. 74). A derradeira referência aos indígenas na coleção se dá no capítulo 21, “Brasil contemporâneo: de Sarney a Lula”, no tópico “A Constituição Federal de 1988”. Entre os pontos destacados da Constituição, está o que diz “povos indígenas: obtiveram direito à posse da terra que tradicionalmente ocupam, cabendo à União demarcá-la” (BOULOS JÚNIOR, 2006, 8ª série, p.248).

A edição do PNL D 2011 apresenta apenas uma mudança significativa, que está ao final do capítulo que fala sobre a Constituição, uma seção “O texto como fonte”, que “expõe o debate em torno da Reserva da Raposa Serra do Sol, grande terra indígena localizada em Roraima (Amazônia), que foi homologada pelo governo do presidente Lula em 2005, mas continua sendo alvo de disputa”. (BOULOS JÚNIOR, 2009, 9º ano, p.256). A edição do PNL D 2014, por sua vez, apresenta, além do já mencionado tópico sobre “Os povos indígenas hoje”, de três páginas, uma nova seção “O texto como fonte”, no capítulo 5 “República Velha: resistência”, tendo como título “Estado brasileiro, povos indígenas e o Marechal Rondon” (BOULOS JÚNIOR, 2012, 9º ano, p. 92-93). O texto fala sobre a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, que teve como primeiro diretor o Marechal Cândido Rondon.

Sob a direção de Rondon, o SPI visava, sobretudo, à integração do indígena à Nação e, para tal, propunha os seguintes passos: atração, pacificação, civilização e a obtenção (...) de um território para o grupo viver. (BOULOS JÚNIOR, 2012, 9º ano, p.92).

Fala também que pelo Código Civil de 1916 os indígenas eram considerados incapazes perante a lei, por isso deveriam ser tutelados. Com esses novos elementos, fica evidente uma maior visibilidade da questão indígena na atualidade, no livro de 9º ano, após a Lei 11.645/2008.

Considerações finais

A partir da análise da visibilidade conferida aos povos indígenas antes e depois da Lei 11.645/2008 nas coleções História: Sociedade & Cidadania e Projeto Araribá: História é possível afirmar sem hesitação que houve uma considerável repercussão da Lei sobre esses materiais didáticos. Creditamos tal situação ao papel regulador exercido pelo PNLD, que ao inserir a obrigatoriedade do cumprimento dessa demanda nos critérios eliminatórios de seus editais, instigou as editoras a desenvolver estratégias para contemplar essa demanda, para não correr o risco de perder participação nesse valioso ramo do mercado.

Pela comparação entre as duas coleções, observamos tanto semelhanças quanto diferenças nas mudanças apresentadas. Ambas as coleções passaram a dar maior visibilidade aos povos originários em suas narrativas sobre a história do Brasil, tanto naqueles contextos em que eles já apareciam, sobretudo no período colonial e na contemporaneidade, quanto em contextos em que eram tradicionalmente invisibilizados, como na região das minas na época do ouro e no século XIX (Projeto Araribá), ou no início do século XX (História: Sociedade & Cidadania). Ainda que permaneçam lacunas enormes quanto à visibilidade desses povos em nossa história, percebemos um direcionamento para superar a situação de desaparecimento dos indígenas após o período colonial para reaparecerem apenas na Constituição de 1988.

Por outro lado, cada coleção demonstrou um perfil distinto quanto ao alcance dessas modificações em seu conteúdo. A coleção História: Sociedade & Cidadania, que já dava maior destaque ao tema, promoveu uma redistribuição de seu conteúdo entre os volumes e criou um capítulo inteiramente novo, o que levou que o número de páginas destinadas exclusivamente à temática indígena passasse, grosso modo, de dezesseis para trinta e duas. Com isso, também promoveu uma mudança na forma de abordar o tema. Até a segunda edição, a abordagem era temática: um capítulo, no livro de 7º ano, tratando dos diversos aspectos da questão. Com a redistribuição realizada na edição de 2014, a abordagem do tema se mostra de forma cronológica: se trata dos aspectos culturais no livro de 6º ano, logo após falar nos “primeiros habitantes do

Brasil”, sobre a cultura dos povos Tupi do século XVI quando se aborda esse contexto, e dos indígenas na atualidade, ao final do livro de 9º ano. Assim, também há uma maior distribuição da temática ao longo dos quatro anos finais do ensino fundamental, e não a concentração em apenas um dos anos.

A coleção Projeto Araribá, por sua vez, realizou modificações sem alterar consideravelmente sua estrutura. Ao compararmos a edição de 2008 com a de 2014, percebemos que houve a inclusão de cerca de quatro páginas de conteúdo sobre indígenas, mas na seção específica foram cortadas duas páginas, o que leva a pensar que há uma orientação para que o número final de páginas dos volumes não fosse significativamente alterado. A hipótese, aqui, é a de que este perfil mais conservador dessa coleção está ligado ao caráter multinacional da Editora Moderna, que tem formas predeterminadas de elaboração de obras, havendo assim uma margem mais restrita para modificações em seus conteúdos.

Por fim, é preciso mencionar que, não obstante esses inegáveis avanços, a repercussão da Lei 11.645 nessas obras também apresenta nítidos limites. Conforme desenvolvido com mais vagar por (NOBRE, 2017), essa maior visibilidade, verificada tanto em textos quanto em imagens, não superou formas tradicionais de se representar esses povos no ensino de História. Permanece o desafio de se conhecer com mais profundidade a diversidade cultural existente em nosso país, bem como, as múltiplas histórias *dos* povos indígenas, valorizando suas perspectivas sobre a construção da nação.

Referências

APOLINÁRIO, Maria Raquel (Ed.). **Projeto Araribá: História**. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006. 4 v. [PNLD 2008].

_____ (Ed.). **Projeto Araribá: História**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007. 4 v. [PNLD 2011].

_____ (Ed.). **Projeto Araribá: História**. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2010. 4 v. [PNLD 2014].

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: sociedade & cidadania**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2006. 4 v. [PNLD 2008].

_____. **História: sociedade & cidadania.** [Nova edição]. São Paulo: FTD, 2009. 4 v. [PNLD 2011].

_____. **História: sociedade & cidadania.** 2. ed. [Reformulada]. São Paulo: FTD, 2012. 4 v. [PNLD 2014].

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm> Acesso em: 20 mar. 2017.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil:** da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). 2007. 252 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10614>> Acesso em: 15 fev. 2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no Guia de Livros Didáticos para os anos finais do ensino fundamental - PNLD/2008. Brasília, 2005. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/editais_licitacoes/edital_pnld_2008.pdf> Acesso em: 20 mar. 2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para inscrição no processo de avaliação e seleção de coleções didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2011. Brasília, 2008. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/edital_pnld_2011.pdf> Acesso em: 20 mar. 2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para o processo de inscrição e avaliação de coleções didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2014. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais>> Acesso em: 20 mar. 2017.

GATTI JR, Décio. O ensino e a aprendizagem de história a partir dos pressupostos contidos nos Parâmetros e nas Diretrizes Curriculares Nacionais. **Fóruns Contemporâneos de Ensino de História do Brasil.** Campinas, 2007. Disponível em:

<<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/view/5081/4039>> Acesso em: 29 out. 2016.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a construção do saber histórico escolar. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO JR, Arnaldo (Orgs). **Paisagens da pesquisa contemporânea sobre o livro didático de História**. Jundiaí: Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 2013, p.357-372.

PNLD 2014 – Coleções mais distribuídas por componente curricular – Ensino Fundamental. [PNLD, 2014]. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>> Acesso em: 6 out. 2016.

Felipe Nunes Nobre

Licenciado e mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).
